

## O ESTADO NEOLIBERAL E A PROPOSTA DE EMPODERAMENTO FEMININO: ORIGENS E LIMITES TEÓRICOS E PRÁTICO-POLÍTICOS

### THE NEOLIBERAL STATE AND THE FEMALE EMPOWERMENT PROPOSAL: ORIGINS AND THEORETICAL AND POLITICAL-PRACTICAL LIMITS

Débora Elita de Sousa Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo analisamos as teorias que inspiram o modelo estatal neoliberal e suas implicações sobre a proposta de empoderamento feminino. Para tanto, fez-se necessária a apreensão das origens e das principais teorias que fundamentam o pensamento neoliberal; das implicações que o relacionam com a proposta de empoderamento feminino; das limitações que caracterizam o modelo de desenvolvimento social neoliberal e a estratégia de empoderamento feminino. O percurso teórico-analítico foi traçado por meio de pesquisa bibliográfica das principais referências que fomentam o neoliberalismo, e das que defendem o empoderamento como causa última pela qual a humanidade precisa lutar. Para fazer a problematização das limitações teóricas e político-práticas recorreremos às referências marxistas materialistas sobre o projeto neoliberal e os desafios ao feminismo marxista na atualidade. Concluímos que o neoliberalismo se apresenta como defensor da liberdade dos indivíduos, mas a concebe de forma restrita aos interesses de expansão do capital. Adentrando todas as esferas da vida social, o neoliberalismo apropria-se de pautas e bandeiras de luta de parcela dos movimentos feministas e as converte em meios de valorização do capital via mercado. Contudo, essa apropriação e conversão não ocorrem de forma passiva. A degradação da vida pode suscitar a resistência e a transformação radical da sociedade. **Palavras-chave:** Neoliberalismo. Empoderamento. Movimentos feministas.

**Abstract:** In this paper we analyze the theories that inspire the neoliberal State model and their implications on the female empowerment proposal. To that end, it was necessary the apprehension of the origins and the main theories that support the neoliberal thought; the implications which relates it with the female empowerment proposal; and the limitations which characterize the neoliberal social development model and the female empowerment strategies. The theoretical-analytical path was outlined by bibliographic research from the main references that support the neoliberalism, and also from those which defend the empowerment as the final purpose for what the humanity needs to fight for. In order to problematize the theoretical and political-practical limitations we used the materialist marxist references which discuss about the neoliberal project and the challenges to the marxist feminism in the current days. We conclude that the neoliberalism presents itself as the defensor of the individuals' freedom, but gives it restrictly accordingly to the capital expansion intererests. Being present in all spheres of social life, the neoliberalism

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda com bolsa CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da UFRN. Membro da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos, do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Norte (CRESS/RN). E-mail: [deboraelita@hotmail.com](mailto:deboraelita@hotmail.com)

Artigo submetido em: 18 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 213-233 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202114>

appropriates of guidelines and battle flags from part of feminist movements and convert them to capital appreciation ways via the market. However, those appropriation and conversion do not occur passively. The depreciation of life may provoke the resistance and the radical transformation of society.

**Keywords:** Neoliberalism. Empowerment. Feminist movements.

## INTRODUÇÃO

A magnitude do tempo presente, as contradições que o caracterizam e, paradoxalmente, a imprescindível revolução que *pode* ser gestada, nos impulsionaram a apresentar esta análise sobre as teorias que inspiram o modelo estatal neoliberal e suas implicações sobre a proposta de empoderamento feminino. Para tanto, apreenderemos as origens e principais teorias que fundamentam o pensamento neoliberal; analisaremos as implicações que unificam o neoliberalismo e a proposta de empoderamento feminino; e problematizaremos as limitações do modelo neoliberal e das estratégias de empoderamento (grifo nosso).

Como pesquisadora das relações patriarcais de sexo, atualmente desenvolvo estudos e pesquisas sobre o empoderamento feminino, com o intuito de identificar quais as relações entre o neoliberalismo e essa proposta que vem sendo apresentada como a “solução” das opressões sofridas de modo particular por nós, mulheres. Essa preocupação analítica decorre da apreensão de que, uma vez traçadas como estratégias, as propostas que investem na resolução individual de problemas coletivos podem incorrer no ocultamento e manutenção das reais bases que estruturam o que se deseja superar.

Nossa história enquanto humanidade é a história da luta de classes<sup>2</sup> (MARX; ENGELS 2008). Vivenciamos inúmeros processos de transição de modelos de sociedade ao longo do desenvolvimento histórico ainda em curso (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, modo de produção asiático...) inclusive com alguns momentos de sobreposição entre esses modelos de produção e reprodução social, até alcançarmos o pleno desenvolvimento em escala global do atual modelo de produção capitalista, em sua face neoliberal.

Nesse trajeto e considerando as análises propostas nesta pesquisa, destacamos que na transição feudalismo-capitalismo foram constituídas as bases para a consolidação de uma sociabilidade fundamentada no individualismo de uma “humanidade egoísta<sup>3</sup>”. Amplamente

<sup>2</sup> “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2008, p.10).

<sup>3</sup> Na construção do conceito “humanidade egoísta” dialogamos com a concepção apresentada por Marx (2010) sobre a transição feudalismo-capitalismo e a dissolução do ideal de humanidade num “homem egoísta”, em que

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos fomentada e reproduzida pelo neoliberalismo, a individualidade egoísta se expressa no empoderamento feminino nos casos em que é limitado a si mesmo, sem perspectivas de coletivização das lutas que são sociais.

No percurso das transições societárias temos como um dos elementos-chave o Estado, cuja origem se relaciona ao desenvolvimento da propriedade privada, a qual, sob a sociabilidade capitalista burguesa se caracteriza pelo direito de cada indivíduo desfrutar de seu patrimônio e dispor sobre ele. A propriedade privada é, nessa sociedade, a aplicação prática do direito de liberdade burguês, e “[...] faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. [...]” (MARX, 2010, p. 49).

Todo Estado<sup>4</sup> se assenta numa contradição de classe e deve buscar manter a ordem. O Estado liberal, que apresenta semelhanças e distinções quando comparado ao Estado neoliberal, tem algo que os Estados anteriores não têm: igualdade jurídica/abstrata/política, mantida, com alterações, pelo neoliberalismo. Essa igualdade formal abstrata se estrutura na relação entre o Estado e o povo, e vigora no ambiente público. Tipicamente liberal - sem precedentes nas sociedades anteriores - essa igualdade está relacionada à propriedade privada, se expressa na emancipação política, e provém da possibilidade de ter direito de propriedade.

Na concepção liberal, a troca, que envolve a equivalência força de trabalho (base da extração de mais-valia), significa igualdade. Nesse sentido, somos considerados iguais por meio das relações de troca, e para efetivar essa igualdade o Estado não deve atender aos interesses privados dos indivíduos. Por isso, garante-se a mediação da troca, e essa é tornada legítima por meio da estabilidade do mercado. Assim, na concepção liberal, o Estado mínimo é um suporte para a relação do mercado.

O controle das atividades econômicas resulta no controle dos fins que se deseja alcançar por meio dessas atividades. A esfera econômica possui capacidade de influenciar todas as demais esferas da vida. Controlar a esfera econômica, é, pois, “controlar os meios

---

o autor afirma: “A sociedade feudal foi dissolvida em seu fundamento, no homem, só que no tipo de homem que realmente constituía esse fundamento, no homem *egoísta* [Parágrafo] Esse *homem*, o membro da sociedade burguesa, passa a ser a base, o pressuposto do Estado político. Este o reconhece como tal nos direitos humanos (MARX, 2010, p. 52) (grifo original).

<sup>4</sup> As reflexões sobre o Estado e o modelo liberal, suscitadas de forma inicial nesta introdução, resultam dos debates construídos em sala de aula no componente curricular “Estado, Política Social e Direitos”, ministrado pelo Prof. Dr. Henrique Wellen, e integra o curso de mestrado/doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos que contribuirão para a realização de todos os nossos fins.” (HAYEK, 2010, p. 104). É determinar aquilo em que a humanidade deve crer e pelo que deve lutar (HAYEK, 2010).

Não é mera coincidência que o debate sobre empoderamento, especificamente empoderamento feminino, ganhou destaque mundial a partir da década de 1980, principalmente em 1990, quando instituições financeiras e organizações mundiais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) tomaram para si a “responsabilidade” de lidar com as “questões de gênero”. Articulando essa demanda à estratégia de combate à pobreza; à superação da desigualdade de gênero (um dos objetivos do milênio até 2030 para a ONU); à noção de trabalho “decente”; e relacionando-a ainda à discussão sobre desenvolvimento sustentável, respectivamente (ALMEIDA, 2017).

A conjuntura atual encontra-se atravessada por inúmeras questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e ideológicas que demandam nossa reflexão e análise crítica. Vivenciamos um cenário cada vez mais grave no que se refere à derrocada das conquistas democráticas, e das possibilidades de avanços e revoluções sociais em prol do socialismo com vistas à construção de um novo modelo de vida em sociedade: comunista.

Nunca havíamos passado por um processo de crise sanitária com caráter global e imbricada à crise estrutural do capital. Esta última em curso desde a crise de 1973 e acentuada desde 2008-2009. São tempos de “capital pandêmico”, e a atual crise da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19) é um enfeixamento da tendência capitalista de desenvolver-se por meio da extinção das possibilidades de manutenção da vida em sociedade (ANTUNES, 2020), ou, porque não dizer, da manutenção de todas as formas de vida no planeta.

A acentuação da barbárie que caracteriza o nosso cenário mundial e principalmente nacional, expressa os limites da sociabilidade atual: a vida *versus* os interesses de manutenção do lucro, especialmente via capitalismo financeiro. Alcançamos uma sociabilidade em que essa relação de oposição é insolúvel nela mesma. Aliás, não é possível nem mesmo amenizá-la, dadas as tendências capitalistas de resolver suas próprias crises gerando novas crises, sem, portanto, superá-las. Em contrapartida, nesse ambiente são gestadas as possibilidades revolucionárias.

O percurso a ser desenvolvido nesta pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do enfrentamento ao neoliberalismo, que se expressa como uma das propostas capitalistas para garantia da manutenção do lucro. Concebemos que a apreensão e análise sobre a

○ Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos

realidade social se apresenta como atividade humana na direção da identificação das bases que compõem essa realidade, a fim de apreendê-la e promover intervenções que a aprimorem a favor do pleno desenvolvimento humano (a vida vale mais que o lucro!). Nesse sentido, a análise sobre a realidade social precisa partir do objeto que se pretende conhecer, e ser direcionada pelos “caminhos” indicados pelo próprio objeto nesse processo intelectual.

○ entendimento e análise das origens e das principais teorias que fundamentam o pensamento neoliberal; das implicações que o unificam com a proposta de empoderamento feminino; e das limitações que caracterizam aquele modelo de desenvolvimento social e essa estratégia de emancipação política, serão realizadas, neste artigo, por meio de pesquisa bibliográfica das principais referências sobre o neoliberalismo.

Traçaremos nosso debate considerando as análises de Berth (2018) e Collins (2019)<sup>5</sup>, que embora afirmem o empoderamento feminino como um “instrumento meio” para a superação da condição dos oprimidos, particularmente das mulheres negras, não situam as bases capitalistas que reproduzem o conjunto das opressões vividas pela classe trabalhadora na consubstancialidade<sup>6</sup> das relações de classe, raça/etnia e sexo. Para fazer a problematização das limitações teóricas e político-práticas do neoliberalismo e da proposta de empoderamento feminino, recorreremos às referências marxistas materialistas que versam sobre o projeto neoliberal e sobre os desafios ao feminismo marxista na atualidade.

Analisaremos obras como “*O caminho da Servidão*” (HAYEK, 2010), por ser uma das grandes referências neoliberais (Hayek é um dos ideólogos do neoliberalismo); “*Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*” (ANDERSON et al., 1995), sobre as origens do neoliberalismo e suas principais concepções acerca do Estado e da sociedade; “*Sobre a questão judaica*” (MARX, 2010), que versa sobre as limitações do direito e da democracia burguesas; em diálogo com as obras “*O que é empoderamento?*” (BERTH, 2018);

<sup>5</sup> Nesta pesquisa nos limitamos a essas duas autoras, considerando a especificidade do debate sobre empoderamento feminino a partir da sua relação com o neoliberalismo. Ressaltamos que apesar de possibilitarem o fortalecimento das estratégias de manutenção do capitalismo, essas autoras também apresentam em suas análises contribuições que nos auxiliam a fortalecer os movimentos feministas, pela explicitação das especificidades das lutas das mulheres negras. Destacamos que a proposta de empoderamento é ainda apresentada por autoras como DAVIS (2017), num viés que, diferentemente de Berth (2018) e Collins (2019), situa a imprescindibilidade da luta de classes e da superação do capitalismo, e fortalece a nossa defesa de que é necessária *a articulação de todos os movimentos e lutas sociais* para que alcancemos a superação de *todas as formas de apropriação-exploração-dominação* (grifo nosso).

<sup>6</sup> O debate sobre a consubstancialidade e coextensividade das relações sociais estruturais é apresentado por KERGOAT (2010), e KERGOAT; GARELAND (2018), em diálogo com SAFFIOTI (2004) em sua análise sobre o “nó” que constitui essas relações, e HIRATA (2014) que as apresenta de forma indissociável, dinâmica e interdependentes.

*Pensamento Feminista Negro* (COLLINS, 2019); *Feminismo em Resistência: crítica ao capitalismo neoliberal* (FARIA, 2019); e demais bibliografias que possam contribuir com o debate proposto nesta pesquisa.

## NEOLIBERALISMO: ORIGENS E TENDÊNCIAS TEÓRICAS

Fernandes (1995) indica-nos três pilares fundamentais do neoliberalismo: 1) A privatização (acompanhada pela adesão do senso comum, fortemente influenciado pelas mídias); 2) A desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado (destinando-as ao mercado por sua "eficiência"); 3) A tendência à reversão dos padrões de proteção social universais (por causa da crise fiscal que assolou o Estado de bem-estar social) impulsionando a "particularização dos benefícios sociais".

O neoliberalismo se origina pós II Guerra Mundial na Europa e América do Norte; consiste numa reação teórica e política ao Estado de bem-estar social – que propiciou os 30 anos dourados, mas entrou em decadência a partir da década de 1970. Gestado em 1944 por Friederich Hayek, em seu livro "*Caminho da Servidão*" dedicado especialmente à vanguarda socialista inglesa, o projeto neoliberal – que preconiza a total liberdade do mercado e a restrição das ações estatais à promoção/facilitação dos interesses mercadológicos – demorou quase trinta anos (meados de 1970) para adquirir a credibilidade necessária à sua implementação (ANDERSON, 1995), ultrapassando, aliás, as expectativas do próprio Hayek, por seu alcance global e por sua forte implementação inclusive em países anticapitalistas.

Hayek contou com a colaboração de apoiadores como Milton Friedman, Michael Polany, Ludwig Von Mises, dentre outros, na fundação da Sociedade de *Mont Pèlerin*, altamente empenhada em combater o keynesianismo e o solidarismo que vigoravam à época, a fim de propiciar as bases para um capitalismo livre de regras (ANDERSON, 1995). Hayek (2010) propõe um novo caminho ao capitalismo, que não seja nem a socialdemocracia (comparada pelo autor ao regime nazista), nem o Estado de bem-estar social.

O projeto neoliberal foi amplamente aceito na Inglaterra (Margaret Thatcher (1979–1990)), nos Estados Unidos da América – EUA (Ronald Reagan (1981–1989)), e pela geração pós-nazista alemã. Apresenta o fascismo e o comunismo como variantes de um mesmo totalitarismo que tende a ser produzido pelo controle centralizado das atividades econômicas. Essa centralização ocorrera, segundo Hayek (2010) durante o que ele chama de "socialismo

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos radical": um movimento estruturado, que destinava ao Estado a organização da vida econômica e colocava-o na condição de principal proprietário dos meios de produção.

Em se tratando das iniciativas liberais que haviam entrado em decadência trinta anos depois do "*Caminho da Servidão*" o neoliberalismo apresenta algumas distinções, dentre as quais a crítica ao *laissez faire*<sup>7</sup>, e à "lentidão liberal" em promover novos avanços em termos de desenvolvimento social e de progresso individual.

A principal proposta feita por Hayek (2010) é de preservar uma sociedade livre, por meio da defesa da liberdade de escolha de cada cidadão em conduzir sua vida por meio das próprias ideias, com a conservação do planejamento econômico realizada por um governo democrático, não totalitário. De tal modo, a possibilidade de liberdade de escolha está relacionada ao desenvolvimento do comércio.

Nesse sentido, a concorrência é, para os liberais e neoliberais, a melhor forma de coordenar os esforços humanos individuais sem a necessidade de intervenções arbitrárias que a limitem, bem como dispensa o controle social "consciente" (realizado por um órgão central de planejamento). Para tanto, é necessária uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, considerando que é impossível evitar todas as falhas de funcionamento desse sistema liderado pelo mercado (HAYEK, 2010).

Os neoliberais argumentam e defendem que o Estado não deva ser totalmente dispensado, mas também já não tão requisitado de forma central no espaço econômico. A estratégia proposta é não utilizar nem "[...] a extrema descentralização da livre concorrência nem a centralização completa representada por um plano único, mas uma judiciosa combinação dos dois métodos" (HAYEK, 2010, p. 62), em que o planejamento não seja feito de forma a extinguir a concorrência, e sim objetivando-a. Todavia, na realidade, a proposta neoliberal se concretiza reivindicando um Estado forte e ativo, capaz de legitimar as mediações que interessam ao capital, como por exemplo, a desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora e a criminalização dos movimentos sociais e feministas.

Alegando a defesa da plena liberdade individual, destina-se ao mercado o poder de decisão na definição dos rumos do desenvolvimento. Afinal, para os neoliberais, a liberdade

---

<sup>7</sup> *Laissez-faire*: deixe ser/ deixar fazer. *Laissez faire* é uma expressão em francês usada para se referir ao liberalismo. Ela está ligada à ideia de deixar o mercado agir sem interferências das ações do governo. A versão completa em francês é "*laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*", que é traduzida para "deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo" (REIS, 2019, s.p). Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/laissez-faire/>. Acesso em: 31/07/2020.

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos dos cidadãos e a vitalidade da concorrência são "fundamentais à prosperidade de todos os indivíduos", e foi "destruída" pelo Estado de bem-estar, que entrara em crise pelo "excessivo" poder do Estado, dos sindicatos e do movimento operário, em suas pressões reivindicatórias que corroíam "as bases de acumulação capitalista [...]" (ANDERSON, 1995, p. 10).

Sob a perspectiva neoliberal, a complexidade da divisão do mundo do trabalho é o que torna possível fazer da concorrência um método eficaz. Para isso, conta-se com um sistema que assinale os efeitos das ações individuais, uma função que só pode ser realizada pelo sistema de preços, e que só "funciona" quando a concorrência domina os rumos da economia.

Neste aspecto nos chama a atenção a autonomização do preço em detrimento das necessidades de consumo determinadas pelo valor de uso do que se produz. Fica evidente que, conforme os moldes neoliberais, em antagonismo à reorganização da produção em favor das necessidades reais<sup>8</sup> de consumo, a preocupação é a garantia da obtenção do máximo lucro possível, a partir do fomento concorrencial.

A concorrência prevalece como elemento de central preservação mesmo quando se trata do fornecimento de serviços sociais. Diante disso, questionamos: qual a relação entre a concorrência e a plena satisfação das necessidades humanas? Interessa ao capital e/ou aos seres humanos essa disputa no âmbito das relações mercantis? Há de fato impessoalidade na força da concorrência? A tendência de valorização das demandas do capital e da concorrência de mercado são também impessoais? Se há indivíduos que se esforçam em mantê-las porque o fazem se é algo impessoal?

## BREVE ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS NEOLIBERAIS

A liberdade defendida pelo projeto neoliberal é a liberdade burguesa, sancionada pelo Estado, e que equivale ao direito de cada um fazer o que não prejudique os outros. Uma liberdade restrita, que não se fundamenta num projeto de interesses universais. E nem poderia sê-lo, porque delimitada pelos interesses de manutenção de uma sociabilidade que se mantém reproduzindo antagonismos.

---

<sup>8</sup> Apreendemos como necessidades reais de consumo todas aquelas que correspondem ao que a humanidade precisa para se manter viva: alimentação, moradia, vestuário, saúde, transporte, lazer, arte e cultura, por exemplo. Côncios de que o capitalismo cria necessidades que não são reais, como a ostentação e o consumismo.

Arelada à liberdade restrita, temos a “confiança cega” na capacidade do mercado em manter “tudo em ordem” por meio da concorrência e dos preços. Ademais, conforme explicita Anderson (1995), imputa-se o Estado a atuar intensamente para derrubar os sindicatos, controlar o dinheiro, e ser mínimo quanto aos gastos sociais e às intervenções econômicas.

O centro da meta dos governos neoliberais é a estabilidade monetária, e com ela, a manutenção de níveis “desejáveis” de desemprego dos quais resulte um exército industrial de reserva “necessário”. Essas iniciativas enfraquecem a organização sindical; além disso, investe-se na reforma da lógica fiscal, para deixar de taxar as grandes fortunas e priorizar a taxaçaõ dos salários e do consumo (ANDERSON, 1995). Por meio dessas propostas transfere-se para a classe trabalhadora (em seu sentido mais amplo: empregados/as, desempregados/as, informais, terceirizados/as, *uberizados/as*... como bem explicita Antunes (2020)) a responsabilidade de arcar com os custos das crises gestadas e inerentes ao próprio capitalismo.

Ao longo do discurso neoliberal não há quaisquer indicações de que a aparente contradição “individual *versus* coletivo” seja fundamentada na divisão da sociedade em classes antagônicas, que é sustentada, no capitalismo, pelo conflito entre produção coletiva *versus* apropriação privada”; e não há quaisquer análises sobre a total oposição de interesses entre as demandas de crescente expansão do capital e a as possibilidades de realização humana.

O que vale, para os neoliberais, é a produção de valor, mesmo que isso implique em “sacrifícios” principalmente para as classes trabalhadoras. As necessidades humanas são irrisórias do ponto de vista das demandas capitalistas de valorização sempre crescente do capital, e esse aspecto é totalmente ocultado pelo neoliberalismo, embora todo o discurso apresentado por seus defensores se autodeclare libertário.

Justificadas pela análise distorcida ou no mínimo carente de profundidade crítico-analítica, as propostas neoliberais não só destinam a responsabilidade das crises à atuação estatal (como se o Estado fosse autônomo em relação ao capital), como ao fazê-lo propõem seu afastamento e provocam o declínio das condições de acesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, para a qual sobram os ônus da falsa defesa neoliberal da liberdade dos indivíduos.

Somos seres sociais diversos, e a individualidade corresponde a um dos aspectos que nos torna singulares, ao mesmo tempo em que somos genéricos como humanidade. Conforme defende Hayek (2010), dadas as distinções que nos caracterizam como indivíduos e a possibilidade de que tenhamos interesses distintos, justifica-se que estes sejam

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos afirmados/realizados. Apreendemos, todavia, que não é porque somos diversos que os nossos interesses enquanto humanidade devem se sustentar pelo viés individualista.

O individualismo coloca sob o campo da oposição/do antagonismo os interesses dos indivíduos, e sustenta a máxima liberal de que o “meu direito começa onde o seu termina”. É a negação da sociedade em sua totalidade, já que o que fundamenta toda a lógica do desenvolvimento capitalista é a possibilidade de atender aos interesses de *alguns* indivíduos, mesmo quando se chocam com os interesses dos outros. Não há, pois, possibilidade alguma, sob esse ângulo, para a construção de um projeto de sociedade que corresponda aos interesses universais da humanidade.

Há mais um agravante: a defesa do individualismo em detrimento do universal *com base num suposto bem-comum!* A desigualdade, explicita Anderson (1995), se caracteriza como um valor positivo, indispensável ao neoliberalismo (grifo nosso).

Marx (2010), na análise sobre a questão judaica, evidencia as limitações dos direitos dos homens quando apreendidos a partir de um viés que separa um indivíduo do outro. Tal como proposto na época e renovado na atualidade neoliberal pelo Estado burguês, “[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo” (MARX, 2010, p. 49) (grifo original).

Para Hayek (2010) as limitações que nos impedem de incluir em nossos valores as necessidades da sociedade inteira, e não somente de parte dela, resultam do imaginário dos sujeitos. Discordamos. Essas limitações são resultantes da forma como organizamos nossa produção e reprodução social, e dos valores que a fundamentam. Em um modelo societário que fomenta a desigualdade social e econômica como meio para obter em escala ascendente a valorização do valor, as limitações que se interpõem às necessidades humanas não são abstratas, são concretas. Não é a consciência sobre a realidade social que a determina, é a realidade social que determina a consciência<sup>9</sup>.

Quando todas as esferas da vida em sociedade são transformadas em meios de valorização do capital, a centralidade do desenvolvimento social deixa de ser a vida e passa a ser o lucro. Quando as relações entre as pessoas se tornam meras relações mercantis, as

---

<sup>9</sup> “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos próprias pessoas são coisificadas. Não se tratam de limitações no campo do ideal, embora ideologicamente reproduzidas. São limitações determinadas materialmente, pelo modo de organização econômica que impõe à realização das necessidades humanas os limites impostos pela valorização do valor/capital.

Acrescidas a essas incoerências, o neoliberalismo apresentado por Hayek (2010) propõe utilizar a coação como meio para transferir aos indivíduos, frente à crise econômica, cargos com remunerações menos bem pagas, ou, para deixar desempregados aqueles que recebem salários altos, até que aceitem remunerações menores. É no mínimo hipocrisia propor essas alternativas em nome da igualdade e liberdade individuais. Sem condições de digno acesso ao trabalho e à remuneração para atender as necessidades humanas há igualdade e liberdade?

[...] A liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um “prato de lentilhas”, e um outro disponha de riqueza suficiente para comprá-la a seu bel-prazer. Nessas condições a democracia se converte em um ritmo farsesco e se esvazia de todo conteúdo. [...] (BORÓN, 1995, p. 71).

A perspectiva neoliberal carece de análises sobre os fundamentos das crises capitalistas, que são inerentes ao sistema sociometabólico do capital, e desde 1973 apresentam-se como uma crise estrutural, por atingir todos os espaços da vida em sociedade, ter caráter global, permanente, não-cíclica (diferente das crises anteriores) e “rastejar” até os dias atuais (MÉSZÁROS, 2011). Outrossim, a proposta neoliberal atribui ao Estado a responsabilidade de resolver a crise, quando, no entanto, o Estado também precisa ser superado para que seja superado o capitalismo e com ele as crises que lhes são constitutivas.

A insistência em propor a implantação do projeto neoliberal ocorre principalmente nos países periféricos, sob a alegação de que possuem um Estado dispendioso socialmente. Todavia, quando analisamos o gasto público sobre o PIB (Produto Interno Bruto) desses países, identificamos que seja no México, no Chile, na Argentina ou no Brasil, por exemplo, a percentagem é inferior se comparada aos industrializados, como os Estados Unidos.

[...] o que se oculta cuidadosamente é que tão deplorável situação das contas públicas não se origina no excesso do gasto público, mas na crônica incapacidade de nossos governos para expandir seus ingressos pela via tributária. Contrariamente ao que pregam alguns dos mais fervorosos exegetas do neoliberalismo, o “tamanho” do Estado na América Latina, medido pela proporção do gasto público sobre o PIB, é substancialmente menor que o dos países industrializados. [...] (BORÓN, 1995, p. 86).

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ao recomendarem a adesão às propostas neoliberais, se encarregam de desenvolver pesquisas sobre a pobreza e exclusão

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos social, manifestando seu "descontentamento" diante das políticas sociais que as geram. Incoerentemente, a realização das metas neoliberais (desregulamentação do mercado; criação de taxas desejáveis de desemprego; tributação sobre consumo, salários e trabalho; contração da emissão monetária; diminuição dos gastos sociais públicos; enfraquecimento dos sindicatos e movimentos sociais...) impulsiona a acentuação da pobreza e da desigualdade social. O que revela uma atitude no mínimo dissimulada, por parte dessas instituições (BORÓN, 1995).

Como podemos entender essa contradição?

[...] para o dogma neoliberal, a geração de pobreza é sinal de que se está caminhando no rumo correto. [...] significa que "as forças do mercado" estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica procede tal qual se esperava, uma vez que o Estado se colocou de lado e o "instinto capitalista" se pôs em marcha, livre das regulações "artificiais" caprichosamente estabelecidas durante décadas por governantes hostis. [...] (BORON, 1995, p. 103).

A partir dessas breves análises podemos identificar as bases que relacionam as concepções neoliberais e a proposta de empoderamento feminino cooptada por esse mesmo projeto neoliberal. Revestidos de individualismo, o empoderamento feminino e parcela dos movimentos feministas cooptados pela perspectiva neoliberal desconsideram a necessidade de superação coletiva das opressões, particularmente as que incidem sobre a vida das mulheres, conforme discutiremos a seguir.

## NEOLIBERALISMO E EMPODERAMENTO FEMININO

Com a ascensão do neoliberalismo, a partir da década de 1980, as práticas pedagógicas freirianas, utilizadas pelos movimentos feministas da segunda onda<sup>10</sup>, passaram a ser apropriadas por Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas, e utilizadas na formação das mulheres das áreas rurais e das comunidades indígenas (SHILD, 2016).

O capitalismo neoliberal apropriou-se especialmente de *três críticas* lançadas pelo feminismo durante a segunda onda. *A primeira* corresponde à crítica à renda familiar, por seu caráter fragmentado em "homem provedor do sustento familiar" *versus* "mulher provedora dos cuidados da casa". Tal crítica passou a ser utilizada pelo capitalismo "flexível" que então se apropria da força de trabalho de homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho,

<sup>10</sup>A segunda "onda" feminista, que se expressou a partir da década de 80, lutou por uma transformação sistêmica, política, econômica e cultural que alcançasse a reorganização do cuidado a partir de bases igualitárias, bem como democratizasse o poder econômico estatal. Essa segunda "onda" prosperou sob o capitalismo contemporâneo principalmente pela resignificação de suas práticas (FRASER, 2009 apud SCHILD 2016).

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos numa substituição do ideal de renda familiar, sob o caráter mais “moderno” das famílias compostas por dois “provedores” como se fosse um ideal sancionado pelo feminismo, sem promover uma redistribuição equitativa de renda (FRASER, 2016).

Vale lembrar que sob o neoliberalismo, conforme defende Hayek (2010) não é desejável que se estabeleça um nível de renda comum a todas as pessoas, porque isso implicaria na impossibilidade da escolha das profissões. Supostamente, é preciso que haja um “esforço individual” que “compense” a renda recebida, e as escolhas dos indivíduos sobre suas profissões deve ser respeitada. Assim, o indivíduo precisa identificar a importância social de cada profissão, e essa é demonstrada pelo preço que a equivale. Além disso, com o estabelecimento de uma renda fixa para todos os indivíduos, a permanência no emprego não seria uma consequência de que esse lhe agrada, bem como não lhe seria dada (ao indivíduo) a possibilidade de escolher outro emprego conforme sua preferência, considerando que em nada mudaria sua renda, desestimulando-se assim a mudança de emprego (HAYEK, 2010).

*A segunda crítica* apropriada pelo neoliberalismo diz respeito à análise traçada contra os estudos economicistas estritamente focados nas desigualdades de classes. Sob os moldes neoliberais tal crítica foi afastada de seu intuito original - de ampliar, no campo da cultura e da economia, a agenda política das lutas por justiça - e restringida ao campo da identidade de gênero, fortalecendo a perspectiva das lutas identitárias (FRASER, 2016).

A burguesia e o proletariado apresentam um projeto histórico para a humanidade. Mas, enquanto o projeto burguês não pode ultrapassar a sociedade de classe, e como consequência impossibilita que todos os indivíduos alcancem a realização plena como seres humanos; o projeto do proletariado inclui a extinção de sua e de todas as classes.

[...] [o projeto burguês] por sua natureza é, pois, um projeto, de caráter essencialmente particular. Pelo contrário, o projeto do proletariado implica, também por sua própria natureza, a superação de toda forma de exploração do homem pelo homem e a possibilidade de plena realização humana de todos os indivíduos. É, pois, um projeto de caráter essencialmente universal (TONET, 2013, p. 19).

*A terceira apropriação* realizada pelo neoliberalismo sobre as pautas feministas foi sobre a crítica ao paternalismo do Estado de bem-estar social. Convergida desde a ascensão neoliberal numa guerra contra o Estado “cuidador” das necessidades sociais, passou a favorecer a ascensão das ONGs, principalmente via projetos de microcrédito traçados para promover o empoderamento feminino. Desde então, tal crítica legítima a mercantilização e a redução do Estado (FRASER, 2016).

O empoderamento feminino, quando traçado como alternativa última para a superação das opressões vividas pelas mulheres, subestima a capacidade revolucionária da classe trabalhadora, ao passo que transforma a luta desse sujeito histórico num objetivo particular das mulheres. Contrapõe-se e desconsidera, portanto, a centralidade da luta de classes para a efetivação da plena emancipação dos sujeitos sociais, bem como a possibilidade objetiva de "libertação" desses sujeitos com a superação da sociabilidade capitalista.

O termo "empoderamento" apresenta em sua estrutura e utilização prática um vazio de sentido. Caracterizando-se como "uma proposição meio" para a superação da opressão dos "desfavorecidos" (BERTH, 2008), não situa os aspectos fundamentais à caracterização desses sujeitos e ao desvelamento dessas opressões: a exploração da força de trabalho e a divisão social, racial e técnica do trabalho, bem como a constituição da sociedade em classes antagônicas na sociedade capitalista. Essa mesma carência analítica parece também estar presente nas análises de Collins (2019), apesar das contribuições da autora sobre o pensamento feminista negro.

O projeto cultural do neoliberalismo ressignificou as práticas feministas e suas bandeiras de luta, principalmente o conceito de autonomia psicológica e material das mulheres, efetivadas por meio de práticas de empoderamento. Nessa direção, temos um processo de institucionalização e "onguização" das lutas feministas em que "[...] O tipo de autonomia proporcionada pelo modelo neoliberal da família de *duplo assalariamento* e de *trabalho 'flexível'* tem um custo: *a emancipação serve para alimentar o motor da acumulação capitalista* [...]" (FRASER, s.d apud SCHILD, 2016, p. 68) (grifo nosso).

Nos países periféricos os movimentos feministas foram impactados pela "mira da arma da dívida", por meio da qual as instituições financeiras internacionais impuseram programas de ajustes estruturais que para se efetivarem demandaram do Estado a cessão dos ativos financeiros, e a redução dos gastos sociais (FRASER, 2009 apud SHILD, 2016). No caso brasileiro e da Argentina as políticas neoliberais foram implementadas num contexto em que se encerrara a ditadura e experienciavam-se práticas democráticas amplamente impulsionadas pelos movimentos sociais populares. Um cenário que expressava a vitória da democratização pela qual a esquerda havia lutado e o simultâneo fracasso das alternativas da esquerda frente ao capitalismo (SCHILD, 2016), já que as conquistas democráticas se encontravam circunscritas a essa mesma sociabilidade.

Nos debates nacionais e internacionais fomentados durante a década de 1980 o discurso em prol das lutas feministas encontrava-se centrado “[...] em um chamado às mulheres se tornarem *atores autônomos por direito próprio, ‘seres para si próprias’* [...]” (SCHILD, 2016, p. 65)”. Nesse processo, “[...] O que é novo é que o risco social é transferido *diretamente para as mulheres que vivem em condições precárias*, articulando-se um apelo à emancipação feminina” (SCHILD, 2016, p. 69) (grifo nosso).

A própria linguagem que traduzia o embasamento teórico das práticas feministas também foi apropriada pelo neoliberalismo, resignificando a “autonomia” e a “igualdade” sob os moldes do discurso liberal. Reduz-se, então, as possibilidades de superação deste modelo de sociedade ao limitar essas lutas à capacitação das mulheres *pela via do mercado*, transformando-as em meras consumidoras, produtoras e devedoras (SCHILD, 2016).

[...] um processo no qual as *ativistas burocratas alavancaram seu conhecimento feminista à expertise política, enquanto irmãs mais pobres eram recrutadas como clientela dos programas sociais que as lançavam como sujeitos empoderados de direitos a serem acessados no mercado* (SCHILD, 2016, p. 70-71) (grifo nosso).

Em vez de tensionar os limites da democracia burguesa, as lutas feministas são reduzidas, pelo neoliberalismo, às práticas que se somam ao arcabouço de estratégias traçadas pelo próprio capitalismo, frente às contradições por ele mesmo reproduzidas e utilizadas para a produção de mais-valor, por meio da manutenção da sua base central: a apropriação-exploração-dominação da força de trabalho. Sob essas circunstâncias, parcela dos movimentos feministas deixa de ser, um “movimento contracultural radical” e se torna um “movimento de massas” (FRASER, 2009 apud SCHILD, 2016).

Mas a escalada neoliberal não se dá num contexto de inércia ou perda da potencialidade dos movimentos feministas e demais lutas sociais. Aqueles, especificamente, têm mostrado sua força nas mais diversas formas de lutas traçadas por mulheres do campo, das cidades, dos países centrais e periféricos. Se mantêm frente às adversidades das ameaças ultraconservadoras, machistas, patriarcais, racistas, LGBTfóbicas e heterossexistas que constituem o capitalismo financeiro mundial em sua forma atual de reprodução de mais-valor em detrimento da vida.

## UMA VIA DE MÃO DUPLA A SER SUPERADA

Os vínculos estabelecidos entre parcela dos movimentos feministas e o projeto neoliberal contribuíram para o reconhecimento massivo do que se universalizou como

feminismo no senso comum: um projeto restrito ao ideal de que feminista é a mulher que luta para ascender socialmente e por conta própria; uma mulher independente do marido porque tem seu próprio negócio; e que usa batom vermelho e veste-se do jeito que quer porque é empoderada.

“[...] A agenda conservadora, que hoje é aliada da contraofensiva neoliberal, se iniciou, inclusive, com ataques à agenda feminista” (FARIA, 2019, p. 27). A incidência do neoliberalismo sobre os movimentos feministas reflete o fomento de práticas individualistas que se efetivam no mercado de trabalho, nos espaços de profissionalização e na consciência social das mulheres. Esse processo pode contribuir para a expansão de práticas de empoderamento feminino como se as mudanças na vida das mulheres dependessem somente de suas escolhas pessoais (FARIA, 2019).

Parte dos movimentos feministas tem sido submetida a transfigurações e esvaziamentos via cooptação pelo neoliberalismo. Destarte, o feminismo passa a ser concebido como uma forma de comportamento harmonizada com a ideia de que os indivíduos possuem autonomia total sobre suas vidas. Com essas mutações, desloca-se a análise da condição de vida dos sujeitos do contexto social, e ignoram-se as contradições em relação à lógica do mercado (FARIA, 2019). Esses segmentos feministas alinham-se, então, aos ideais de autopromoção pessoal, que contribuem para a desmobilização do potencial revolucionário das mulheres na luta geral pelo fim da sociabilidade capitalista. Cada uma de nós, sob esse novo projeto, não precisa disputar politicamente as lutas de classe, sequer mencionadas pelo neoliberalismo, que embora as acentue, também as oculta, como se não existissem.

Sob essa lógica, o que importa é se autodeclarar feminista (desde que não defenda pautas como a descriminalização do aborto, seguridade social, condições de trabalho...), e agir individualmente como tal. O êxito dessa atuação, para o neoliberalismo, será revelado pela capacidade de cada mulher em enriquecer por meio da ascensão via mercado (para não dizer, precisamente, via *Eudora*, *Tupperware*, *Natura*, e tantas outras estratégias empresariais) que promete a mudança de vida econômica principalmente das mulheres da classe trabalhadora, impossível de ser efetivada por essas estratégias estritamente democrático-burguesas-capitalistas.

No romance *Les Belles Images*, de autoria de Simone de Beauvoir, a escritora já traçava uma crítica ao modelo neoliberal de pessoa, especificamente à imagem da mulher moderna “total”, bem-sucedida, do tipo “faça acontecer”, que corresponde ao tipo de mulher emancipada

○ Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos que o neoliberalismo propõe e que segmentos feministas cooptados pelo neoliberalismo reproduzem (VINTGES, 2019).

Mesmo em meio a essas incidências sobre os movimentos feministas, o neoliberalismo tem se revelado incapaz de desmoralizar e derrotar as lutas sociais de resistência; apesar de ter produzido massiva desintegração social, isso *pode* colaborar para a derrocada neoliberal e capitalista (ANDERSON et al., 1995). O atual cenário não significou, portanto, a aceitação passiva das propostas neoliberais. Em meio a tamanha mercadorização das nossas vidas e corpos, reafirmamos nossa capacidade organizativa, política e reivindicatória (FARIA, 2019).

Na presente década (2020) continuamos politicamente organizadas, enfrentando os retrocessos do capitalismo neoliberal, como os que incidem sobre os direitos reprodutivos e de acesso ao aborto legal<sup>11</sup>. O fortalecimento do projeto ultraneoliberal conservador nos impõe a necessidade de retomar pautas democráticas que já havíamos conquistado por meio das lutas coletivas.

Ao longo desses processos de mobilização, lidamos com um desafio:

[...] alcançar mais mulheres rumo a uma *prática feminista anticapitalista e antirracista permanente*, capaz de se organizar para além das datas de grandes mobilizações, e de *estabelecer relação entre novos coletivos e movimentos já existentes*, cujos acúmulos e experiências não podem ser negados (FARIA, 2019, p. 25) (grifo nosso).

Para os neoliberais a saída da crise encontra-se no absolutismo do mercado. Contrapondo-se a isso buscamos outra saída, por dois motivos: I) eticamente não podemos aceitar viver numa sociedade que se “fratura cada vez mais”, com tamanha desigualdade na distribuição de renda e disparidade entre pobres e ricos; II) devemos construir uma nova saída a partir da ciência, diferente do que fazem os neoliberais. Nesse sentido, é necessário, por exemplo, analisar a crise a partir do conflito distributivo e da financeirização da economia (SALAMA, 1995).

<sup>11</sup> “A campanha pela descriminalização do aborto na Argentina tem se fortalecido, e a ‘onda verde’ - que ficou conhecida assim pelo uso do pano verde como símbolo - tem ganhado as ruas do país há mais de dez anos. Fruto de muitos encontros, reuniões e assembleias entre diversas frentes do movimento feminista, o lema é ‘educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer’ e se refere principalmente ao alto número de mortes de mulheres em abortos ilegais inseguros. [...] [Parágrafo] Na Argentina, o feminismo foi a principal oposição aos governos à direita, situação que está acontecendo em todo o continente. Foi assim com Trump, nos EUA: as primeiras a se mobilizarem foram as feministas. No Uruguai, onde a direita acaba de conquistar o governo, as feministas também se destacam como um movimento dinamizador da política e da oposição. No Chile, a performance das *Las Tesis* e a participação do ativismo feminista foram fundamentais para denunciar os abusos do Estado e inoperância do presidente Piñera ante uma situação de crise. No Brasil também houve grandes mobilizações contra Bolsonaro por grupos feministas” (ALCARAZ, 2020, s.p). Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2020-sera-o-ano-do-aborto-legal-e-irreversivel-que-se-torne-lei-diz-maria-florencia-alcaraz/> > Acesso em: 30/09/2020.

Anderson (1995) nos indica, em nível de exemplos, três elementos com os quais podemos traçar a derrocada do neoliberalismo. Quais sejam: I) o fortalecimento dos valores socialistas, especialmente a diversidade; II) o estabelecimento de novas formas de propriedade, com destaque para estratégias coletivas; III) a ampliação da democracia, por meio de um sistema parlamentar forte, financiado publicamente e acompanhada da democratização dos meios de comunicação. Em suma: a liberdade, a igualdade e a solidariedade, que caracterizariam uma sociedade "neossocialista", movida por um "espírito forte, seguro, agressivo" cujos símbolos são "[...] os instrumentos de trabalho e de guerra, capazes de golpear e de colher, que talvez seriam de novo mais apropriados" (ANDERSON, 1995, p. 202). A foice e o martelo.

Estamos cientes de que entre o empoderamento feminino e os segmentos feministas cooptados pelo neoliberalismo a "via de mão dupla" foi construída a partir do amoldamento das lutas feministas aos interesses de expansão do capital, que sob a atualidade expressa-se no neoliberalismo. Quando o potencial revolucionário é abdicado e transforma-se a esfera político-burguesa no "auge dos anseios da humanidade", a coletividade se dilui em individualidade egocêntrica, e contradiz a própria sobrevivência dos indivíduos enquanto seres genéricos e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançado em 1940 e colocado na "ordem do dia" a partir da crise da década de 1970, o projeto neoliberal fracassou em sua proposta de elevar a taxa de valorização do capital, mas obteve êxito naquilo que considerava "sacrifícios necessários a essa empreitada": a acentuação das desigualdades sociais e da pobreza, o crescimento da taxa de desempregados/as e a cessão do pleno poder de determinação do desenvolvimento social ao mercado. São os resultados dessa falsa saída à mais uma dentre as inúmeras crises constitutivas da sociabilidade capitalista.

O neoliberalismo não se limitou à dimensão econômica para a qual foi inicialmente proposto. Ingressou e moldou os rumos do desenvolvimento social, político e cultural em escala global, com maior incidência sobre os países periféricos, acompanhando as exigências do capital em sua financeirização mundial. Com forte perseguição aos movimentos sociais, principalmente aos vinculados à esquerda crítica, apropriou-se das pautas e estratégias de

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos  
 luta desses movimentos, dentre os quais, parte dos movimentos feministas, incidindo sobre sua capacidade revolucionária, e de mobilização e conscientização política de classe.

Partimos do pressuposto conforme o qual “Toda emancipação é *redução* do mundo humano e suas relações ao *próprio homem*.” (MARX, 2010, p. 54) (grifo original). Portanto, somos contrários/as à subsunção das necessidades humanas aos interesses do mercado centrado na produção de mais-valor, e afirmamos a necessidade de construirmos outra sociabilidade, cujo centro sejam a plena expansão e emancipação dos indivíduos que a constituem de forma diversa e humano-genérica.

A tarefa de ampliar os movimentos e lutas sociais na direção de fortalecê-los requer um projeto coletivo rigorosamente fundamentado em um objetivo comum: fomentar as bases teóricas e político-práticas que auxiliem a superação de todas as formas de opressão-exploração-dominação, para que as lutas dos indivíduos em sua diversidade (classe, raça/etnia e sexo/sexualidade) não sejam circunscritas a uma ou outra dimensão da subjetividade individual. Aos instrumentos da luta socialista unimos todas as nossas bandeiras de luta, cuja efetivação dependem da superação do neoliberalismo e do capitalismo. Trabalhadores e trabalhadoras feministas, anticapitalistas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas e ecossocialistas, unidos!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCARAZ, M.F. “2020 será o ano do aborto legal, é irreversível que se torne lei”, diz Maria Florencia Alcaraz. CartaCapital. [S.l.] 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2020-sera-o-ano-do-aborto-legal-e-irreversivel-que-se-torne-lei-diz-maria-florencia-alcaraz>. Acesso em: 30/09/2020.

ALMEIDA, Janaiky Pereira. Empoderamento X Consciência militante feminista: contribuições ao debate. In: ALMEIDA, J.P. Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina. Tese (Doutorado – Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.p.217–220. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23974/1/2017\\_JanaikyPereiradeAlmeida.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23974/1/2017_JanaikyPereiradeAlmeida.pdf). Acesso em: 05/06/2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. Além do neoliberalismo. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON et al. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. [recurso eletrônico]. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia capital).

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento; tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas. In: DAVIS. Mulheres, cultura e política. [tradução Heci Regina Candiani]. – 1 ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (org.). Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal. São Paulo: SOF, 2019. 80p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 5). Disponível em: <https://www.sof.org.br/feminismo-em-resistencia-critica-ao-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 22/09/2020.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FRASER, Nancy. Como certo feminismo mordeu a isca neoliberal. The Guardian. [tradução Felipe Kantor] LavraPalavra. In: Outras Mídias. Publicado por Redação Outras Palavras. Abril, 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-certo-feminismo-mordeu-a-isca-neoliberal/>. Acesso em: 22/09/2020.

HAYEK, F.A. O caminho da servidão. – 6 ed. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/caminhodaservidao.pdf>. Acesso em: 20/07/2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, jun. 2014, p.61-73.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. [Tradução de Antonia Malta Campos]. *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, 86, mar. 2010, p. 93-103.

\_\_\_\_\_; GARELAND. Consubstancialidade *versus* interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais. In: AGUIAR, Eliana. *Lutar, dizem elas...* [coordenação editorial de Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira]. – Recife: SOS Corpo, 2018, p. 145-161.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélvio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. – São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels). Disponível em: < <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/03/Karl-Marx-Sobre-a-questao-Judaica.pdf> . Acesso em: 19/09/2020.

-----; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélvio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: < <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf> . Acesso em: 10/09/2020.

-----.. Manifesto do Partido comunista. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular: 2008, 67p. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/02/manifesto-comunista-EP.pdf> . Acesso em: 28/09/2020.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf> . Acesso em: 09/07/2020.

-----.. Das crises cíclicas à crise estrutural. In: MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf> . Acesso em: 09/07/2020.

REIS.T. Laissez faire: o que é a expressão fundamental do liberalismo. SUNO. [S.l.] 2020. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/laissez-faire/> . Acesso em: 31/07/2020.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. Gênero, patriarcado, violência. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 - Coleção Brasil Urgente.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHILD, Verónica. Feminismo e neoliberalismo na América Latina. *Revista Outubro*, n. 26, julho de 2016. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/feminismo-eneoliberalismo-na-america-latina/> . Acesso em: 20/09/2020.

TONET, Ivo. Método científico: uma abordagem ontológica. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VINTGES, Karen. Feminismo *versus* neoliberalismo: práticas de liberdade das mulheres numa perspectiva mundial. *Cadernos pagu* (56), 2019:e195604. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n56/1809-4449-cpa-56-e195604.pdf> . Acesso em: 02/09/2020.